

Construindo um Futuro Azul para Ecossistemas e Pessoas na Costa Leste Africana

Enquadramento

A Costa Leste de África, incluindo a de Moçambique, contém alguns dos sistemas marinhos mais biodiversos do mundo, sendo que os mangais, as ervas marinhas e os recifes de coral constituem sistemas ecologicamente interligados que apoiam a subsistência de milhões de pessoas. Por exemplo, o Banco Mundial identificou Moçambique como uma nação onde a protecção dos mangais pode proteger significativamente a sua linha de costa, a qual se encontra bastante vulnerável às mudanças climáticas.

O Ministério da Terra e Ambiente (MTA) e o Ministério do Mar, Águas Interiores e Pescas (MIMAIP) estão empenhados em expandir a rede nacional de Áreas de Conservação Marinhas (ACMs) que, actualmente, cobrem cerca de 2,1% da Zona Económica Exclusiva (ZEE) do país. Em 2019, Moçambique aderiu à [Coligação de Alta Ambição](#), que se compromete a proteger pelo menos 30% da terra e do mar até 2030, sendo que para já, o Governo está a procurar proteger 10% da área marinha do país o mais rápido possível. Recentemente, o MIMAIP definiu três linhas estratégicas de acção para alcançar estes objectivos: i) acelerar quaisquer processos em curso para criar novas ACMs; ii) analisar iniciativas comunitárias locais para estabelecer áreas de pesca de gestão comunitária e avaliar o seu potencial para se tornarem ACMs; e iii) utilizar as Áreas-Chave para a Biodiversidade (KBAs) como áreas prioritárias para protecção formal. Alinhada com estas estratégias, a WCS liderou recentemente um projecto em parceria com o MTA que identificou e mapeou 29 KBAs no país, 4 das quais são marinhas e 9 costeiras.

A WCS possui um Memorando de Entendimento com o MIMAIP para apoiar as actividades de conservação marinha e uso sustentável dos recursos biológicos existentes nesse meio, assim como com o MTA para apoio ao Governo em conciliar o desenvolvimento económico com a conservação da biodiversidade. Nesse âmbito tem colaborado com o Instituto Oceanográfico de Moçambique (InOM, antigo Instituto Nacional de Investigação Pesqueira - IIP) no desenvolvimento de um projecto que produziu informação técnico-científica para apoiar a expansão de ACMs. Foi estabelecido um grupo de coordenação intersectorial para apoiar a integração dos resultados no Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo (POEM) e expansão da rede de ACMs. O Grupo encontra-se activo e inclui instituições do Governo, como é o caso da Administração Nacional das Áreas de Conservação (ANAC), entre outras, e outro tipo de organizações da sociedade civil, sector privado e doadores.

Por outro lado, o MIMAIP, juntamente com vários parceiros como é o caso da IUCN (através do projecto *Coastal Resilience to Climate Change*), RARE (programa Pesca para Sempre), OIKOS, Blue Ventures e Solidariedade Moçambique estão a procurar aumentar a resiliência das comunidades costeiras através do estabelecimento de áreas de pesca de gestão comunitária e abordagens baseadas nos ecossistemas.

No início de 2020, a WCS e vários parceiros, nomeadamente o IIP, a Ajuda de Desenvolvimento de Povo para Povo (ADPP), o Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Eduardo Mondlane (DCB-UEM), a Associação para o Meio Ambiente (AMA), o ProAzul e a Fundação para a Conservação da Biodiversidade (BIOFUND) analisaram várias áreas ao longo da costa moçambicana. O objectivo consistiu em determinar onde poderia ser prestado apoio ao Governo para alcançar as suas metas nacionais de expansão da rede de ACMs e de apoio à mitigação dos efeitos das mudanças climáticas através de abordagens baseadas nos ecossistemas, com recurso ao financiamento do *Blue Action Fund* e de outros doadores internacionais.

Das áreas analisadas destacou-se toda a faixa costeira entre a foz do rio Lúrio (limite norte da província de Nampula) e o limite sul do distrito de Mossuril/Ilha de Moçambique. Trata-se de uma área muito importante para a biodiversidade, especialmente para recifes de coral, ervas marinhas e mangais, e tem sido assinalada ao longo do tempo por diferentes iniciativas como uma área muito importante para a conservação. Por exemplo, há vários anos foi desenvolvida uma proposta para a criação de uma Reserva Especial em Mossuril, a qual acabou por não se concretizar. Os resultados do projecto desenvolvido pelo IIP e WCS para o mapeamento de áreas potenciais para a expansão das ACM mostram que esta é uma das áreas prioritárias da costa Moçambicana, algo que é corroborado pela identificação da KBA de Matibane (também Reserva Florestal). A zona de Baixo Pinda (também

Reserva Florestal), apesar de não ter sido identificada como KBA, apresentou um grande potencial para tal, tanto na componente terrestre como na marinha.

Esta extensão de costa tem sido objecto de sobrepesca por parte de muitos pescadores locais e migradores, o que aumenta assim a pressão de pesca nas Áreas de Conservação Marinhas da região Norte, como é o caso do Parque Nacional das Quirimbas (a norte da área de estudo) e a Área Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (a sul da área de estudo).

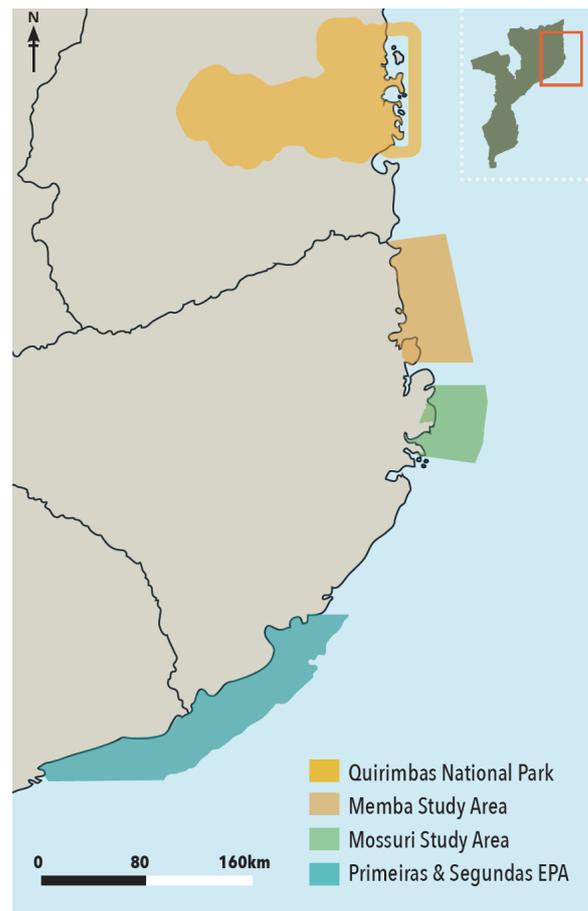
É reconhecido que algumas das principais causas dos problemas actuais que se verificam no Nordeste de Moçambique são a elevada taxa de pobreza e a falta de oportunidades a que as comunidades locais podem aceder; estas, por sua vez, acabam demonstrando uma insatisfação geral na ausência de perspectivas futuras. Por conseguinte, o Governo criou a Agência de Desenvolvimento Integrado para o Norte de Moçambique, que pretende promover grandes investimentos na região, incluindo na Província de Nampula. A promoção de investimento numa região mais vasta - e não apenas em Cabo Delgado – deverá também contribuir para que o actual conflito militar nesta província não se expanda para outras províncias do Norte. O ProAzul e a BIOFUND, ambos parceiros do projecto, desempenham um papel importante na aplicação de fundos na região para o sector da conservação e melhoria dos modos de vida das comunidades.

Como resultado deste contexto e da avaliação preliminar feita pelos parceiros do projecto, o litoral nordeste da Província de Nampula foi identificado como importante para protecção urgente e melhor gestão, tornando-se assim o local prioritário para implementação de um projecto a ser desenhado e desenvolvido pelos parceiros referidos e que possa alcançar os objectivos acima mencionados.

Abordagem e objectivos do projecto

Entre 2020 e 2022, este projecto foi desenhado pelos parceiros referidos, com base na análise de dados resultantes de uma pré-avaliação com recurso a trabalho de campo realizado em Novembro de 2020 e Dezembro de 2021, em que foram consultadas as comunidades e autoridades locais de Momba e de Mossuril, para além de outros actores relevantes como associações locais, operadores turísticos e parceiros de conservação com projectos a decorrer na área de estudo (mencionados acima), num total de 258 pessoas. Para além do apoio de todas estas partes, foram obtidas cartas de apoio formal do MIMAIP, da Administração Nacional das Pescas (ADNAP), das Autoridades Distritais de Momba e Mossuril, e dos Conselhos Comunitários de Pesca (CCPs) locais. Adicionalmente foram desenvolvidas as salvaguardas ambientais e sociais do projecto, as quais seguiram directrizes equivalentes às Banco Mundial, tendo sido realizadas reuniões de divulgação a nível Nacional, Provincial, Distrital, Posto Administrativo e comunidades em Março de 2022.

O projecto foi desenhado para ser implementado ao longo de cinco anos, pretendendo melhorar a biodiversidade prioritária e os serviços ecossistémicos que contribuem para reduzir a vulnerabilidade das comunidades locais e aumentar a sua resiliência aos impactos das mudanças climáticas, contribuindo para a prevenção e adaptação eficazes, fortalecendo a protecção costeira e promovendo meios de subsistência alternativos à pesca. A abordagem proposta irá também criar capacidade nas comunidades locais da pesca artesanal para estabelecer, legalizar, gerir e monitorar de forma sustentável áreas de pesca de gestão comunitária. A abordagem proposta irá também reforçar a capacidade das comunidades locais de pesca artesanal, apoiando os CCPs locais para estabelecer, legalizar, gerir e monitorar de forma sustentável as áreas de pesca de gestão comunitária.



Em paralelo será desenvolvido um plano de negócios e financeiro que garanta a gestão sustentável e monitoria da área, contribuindo para melhorar as condições económicas das comunidades locais.

Durante os primeiros três anos do projecto, os parceiros irão desenvolver uma proposta que será apresentada pelo InOM ao Governo para o estabelecimento de uma nova ACM de uso sustentável entre os distritos de Momba e Mossuril (com um mínimo 1000 km², podendo potencialmente chegar aos 7000 km²), a qual irá incluir uma rede de áreas de pesca de gestão comunitária geridas de modo eficaz. Apesar da elevada sobrepesca, a região possui uma vasta extensão de mangal, ervas marinhas e recifes de coral que serão melhorados através de atividades de protecção, gestão e restauração (mangais), contribuindo para o alcance das metas estabelecidas nas estratégias e planos de acção nacionais relacionadas com o clima (Estratégia nacional de adaptação às mudanças climáticas), com a conservação (Estratégia nacional e plano de acção para a conservação da diversidade biológica) e com os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 14 e 15.

O projecto visa alcançar os seguintes resultados e respectivos produtos:

- **Resultado 1. Melhoria da resiliência dos ecossistemas relevantes para o clima através de uma maior protecção e gestão**
 1. Melhores recursos, instrumentos e capacidades para a gestão e utilização sustentável de uma Área de Conservação Marinha: desenvolver, com o apoio dos parceiros, todos os estudos e documentação de base necessários para apresentar ao Governo uma proposta para a criação de uma nova ACM de uso sustentável na zona costeira dos distritos de Momba e Mossuril (Nampula, Moçambique), onde as comunidades locais irão co-gerir as suas áreas de pesca; o sector privado também estará envolvido no financiamento sustentável da nova ACM através do novo mecanismo de contrabalanços de biodiversidade em desenvolvimento para Moçambique; será promovido e reforçado apoio às associações locais e os resultados do projecto serão amplamente partilhados.
 2. Ecossistemas costeiros degradados, particularmente relevantes para a adaptação às alterações climáticas, reabilitados: será realizada uma avaliação da vulnerabilidade climática e melhorada a gestão comunitária, restauração e protecção de mangais, ervas marinhas e recifes de coral; serão criados novos CCPs e outros serão fortalecidos; a capacidade técnica será reforçada, será fornecido equipamento (e.g. barcos de patrulha e material para monitoria) e construídas sedes para que os CCPs possam proteger e gerir áreas de recuperação de recursos de corais, ervas marinhas e mangais, enquanto melhoram a sustentabilidade das suas áreas de pesca.
- **Resultado 2. Melhoria da resiliência e dos meios de subsistência das comunidades mais vulneráveis**
 3. Promoção da resiliência climática e de meios de subsistência sustentáveis: o projecto irá apoiar grupos comunitários locais destes dois Distritos através de uma abordagem baseada nos ecossistemas para melhorar a segurança alimentar e hídrica e desenvolver actividades sustentáveis geradoras de rendimento que são entendidas como alternativas eficazes aos actuais meios de subsistência, os quais não são muito rentáveis e estão a prejudicar os ecossistemas locais. Serão criados clubes de meios de subsistência, e serão financiadas as empresas em fase de arranque. Será dada formação técnica adequada aos CCPs, Comitês de Gestão de Recursos Naturais, clubes de modos de vida e associações locais para restaurar e proteger os mangais, ervas marinhas e corais.
 4. Melhor conhecimento, perícia e capacidade das agências nacionais relevantes para utilizar abordagens EbA para a gestão de zonas costeiras resistentes ao clima: o projecto centrar-se-á fortemente no reforço das capacidades dos intervenientes locais e das autoridades nacionais na melhoria da gestão dos ecossistemas através de workshops de treino e de divulgação de informação. Será desenvolvido um estudo de viabilidade para propor um projecto de Carbono Azul para a área de estudo. Será organizado com a BIOFUND um evento anual nacional sobre Conservação Marinha, ACMs e EbA, associado à exposição anual da instituição.

Promovendo uma abordagem integrada e inovadora

Ao trabalhar em parceria com o Governo e com as comunidades, os parceiros utilizam a ciência e o conhecimento local para inspirar os intervenientes locais a restaurar e proteger a biodiversidade-chave para reduzir a vulnerabilidade e criar resiliência às alterações climáticas, promovendo um futuro “azul” melhor, mais seguro e resiliente. O projecto foi desenhado de modo integrado com as estratégias nacionais da conservação, mudanças climáticas e objetivos de desenvolvimento sustentável e com as prioridades do Governo para a região Norte do país, sendo que o ProAzul irá canalizar fundos do projecto MozNorte para co-financiamento deste projecto, o qual será implementado em dois dos distritos seleccionados pelo Banco Mundial e Governo.

As áreas de pesca de gestão comunitária que vêm sendo estabelecidas na região com o apoio de parceiros como a IUCN, RARE e Oikos/Blue Ventures serão integradas numa proposta para a criação de uma ACM formal de uso sustentável a ser submetida ao Governo Moçambicano, que pretende contribuir para a expansão da rede de ACM existentes, de modo a que o País alcance os seus compromissos internacionais. Esta iniciativa é inovadora no sentido em que faz uso da mais recente legislação publicada em Moçambique (Lei e Regulamento de Protecção, Conservação e Uso Sustentável da Diversidade Biológica - Lei 5/2017 de 11 de Maio e Decreto 89/2017 de 20 de Dezembro – e o Regulamento da Pesca Marítima - Decreto 89/2020 de 8 de Outubro) para propor um modelo que integra as comunidades locais na gestão de uma ACM de uso sustentável que poderá ser gerida pelo Governo ou, potencialmente, co-gerida com um parceiro de conservação. Os projectos já existentes na região têm feito esforços duradouros para envolver as comunidades locais na co-gestão da pesca, e a nossa iniciativa de criar uma ACM basear-se-á neste trabalho.

As comunidades locais estarão envolvidas na gestão das áreas permanentes e temporárias de recuperação dos recursos pesqueiros que estão a ser desenvolvidas pelos projectos acima mencionados, e serão estabelecidas 7 novas Áreas de Pesca de Gestão Comunitária e 14 áreas de recuperação de recurso permanentes e temporárias no âmbito do actual projecto. Isto será conseguido através da formação e capacitação de um CCP existente e da criação de 6 novos, utilizando o saber-fazer da AMA, uma ONG local, que tem sido bem-sucedida em trabalho semelhante que tem sido realizado em Cabo Delgado ao longo dos últimos 7 anos. Cada CCP será equipado com uma sede, um barco patrulha e equipamento de segurança marítima e monitoria. Todas as actividades foram desenvolvidas em plena coordenação com os outros parceiros de conservação que trabalham com CCPs e comunidades costeiras locais na região.

Além disso, iremos desenvolver um plano de financiamento sustentável para a ACM, que também contribuirá para o financiamento comunitário através de contrabalancos de biodiversidade a serem implementados, no futuro, pelas empresas privadas que estão a desenvolver projectos no Norte de Moçambique (principalmente do sector da indústria extractiva) e outras potenciais iniciativas empresariais que serão exploradas durante a implementação do projecto.

Através da restauração dos mangais e ervas marinhas, bem como da sua protecção, assim como de recifes de coral, iremos aumentar a funcionalidade destes ecossistemas para melhorar a protecção costeira contra tempestades, surtos e inundações, bem como melhorar os serviços de fornecimento que estes ecossistemas proporcionam às comunidades costeiras, tais como alimento (e.g. peixe e invertebrados). A restauração dos mangais está dentro dos objectivos governamentais propostos no âmbito da estratégia e plano de acção nacional para os mangais. Os grupos comunitários estarão envolvidos em actividades de restauração de mangais, incluindo uma combinação de restauração passiva e activa (incluindo e restauração hidrológica), com estabelecimento de viveiros. Além disso, será promovida a plantação de outras espécies de árvores que não mangal para construção e lenha e a utilização de fogões economizadores de lenha para diminuir ainda mais a pressão sobre os mangais. Será estabelecido um projecto piloto de restauração de ervas marinhas e desenvolvido um plano de gestão modelo que pode ser replicado noutros locais do Norte do país.

Como estratégia de mitigação de possíveis impactos negativos e potenciação impactos positivos resultantes da criação e gestão futura da ACM, o projecto apoiará as comunidades locais, através da criação de clubes de meios de subsistência, com enfoque nas mulheres, para desenvolver estratégias alternativas que diminuam a pressão sobre os recursos marinhos, melhorando ao mesmo tempo a resiliência e a segurança alimentar das comunidades locais. Será dado ênfase às práticas agrícolas de adaptação baseadas em ecossistemas (EbA), para reduzir a pressão sobre a floresta costeira e sobre os mangais. A selecção final de um conjunto de estratégias alternativas de subsistência pré-

seleccionadas será baseada na análise dos impactos e das oportunidades locais, do seu potencial de mercado e impactos ambientais, bem como do seu potencial para reduzir a pressão sobre os recursos marinhos e os ecossistemas mencionados acima que fornecem protecção costeira. Os 27 clubes de meios subsistência a serem criados e as 6 associações existentes serão apoiados para desenvolver estratégias alternativas de geração de rendimentos, planos de negócios e será fornecido financiamento e mentoria para a criação de empresas, bem como estabelecer ligações de mercado. O ProAzul fornecerá fundos complementares para permitir o arranque destas empresas.

As intervenções incluirão elementos destinados a melhorar a segurança hídrica das comunidades alvo através da pilotagem de vários sistemas de captação de água combinados com a plantação de árvores para elevar o nível das águas subterrâneas. A segurança alimentar será reforçada através da diversificação das estratégias de produção e de geração de rendimentos e da aplicação de estratégias de adaptação baseadas nos ecossistemas que aumentem a fertilidade do solo e diminuam a procura de água na produção. O apoio às comunidades para desenvolver estratégias alternativas de subsistência e de geração de rendimentos servirá como forma de compensação e incentivo adicional para que as comunidades se empenhem na gestão sustentável dos recursos marinhos e terrestres. As mulheres serão capacitadas para desenvolver actividades alternativas geradoras de rendimento, que não só reduzirão a pressão nos recursos marinhos, mas também as capacitarão em termos socioeconómicos. Serão concedidas bolsas de estudo a um grupo de jovens para elevar o seu nível de educação e servir de exemplo a outros membros da comunidade.

A AMA e a ADPP, que possuem um registo comprovado de sucesso na implementação de Associações Comunitárias de Poupança e Empréstimos, irão estabelecer este tipo de ferramenta nas comunidades engajadas no projecto e fortalecer grupos de poupança existentes, mas que não se encontram totalmente funcionais. Aproveitaremos também o mecanismo regulado de contrabalanços da biodiversidade que o MTA tem vindo a desenvolver com o apoio da WCS e da BIOFUND para mitigar e compensar os impactos na biodiversidade. Esta regulamentação prevê que seja alcançada Nenhuma Perda Líquida ou Ganho Líquido de Biodiversidade através da criação de novas áreas de conservação, especialmente aquelas que podem ser geridas pelas comunidades locais. As comunidades locais beneficiarão de oportunidades de emprego (actividades de restauração e monitoria) e através de pagamentos baseados em desempenho e alcance de resultados ao longo do tempo, de acordo com metas pré-estabelecidas. A abordagem resultará no estabelecimento de financiamento a longo prazo, incluindo a criação de dotações financeiras providenciados pelo sector privado, que pagarão pela gestão e monitoria das actividades de contrabalanço. Desta forma, estas comunidades beneficiarão de uma fonte de financiamento sustentável ligada a uma melhor gestão e protecção da biodiversidade dentro das áreas que estão a restaurar e a preservar.

Finalmente, o projecto irá melhorar o conhecimento, perícia e capacidade das agências nacionais relevantes para utilizar abordagens EbA para a gestão de zonas costeiras resilientes ao clima, organizando workshops com os diferentes actores envolvidos no projecto, incluindo comunidades, Governos Locais, Provinciais e Nacionais sobre a abordagem EbA implementada pelo projecto. Os parceiros envolverão o sector privado no financiamento sustentável da futura ACM e as comunidades que nela vivem, demonstrando o modelo de contrabalanços da biodiversidade customizado às comunidades pesqueiras locais. Será também desenvolvido e divulgado um estudo para avaliar a viabilidade da criação e venda de créditos de carbono azul através da restauração e protecção de mangais, como forma de melhorar a situação económica das comunidades locais. As actividades e resultados do projecto serão partilhados com uma vasta gama de intervenientes nacionais e internacionais através dos meios de comunicação social e redes sociais e será organizado um evento anual, com o apoio da BIOFUND, para discussão técnica de aspectos ligados à conservação marinha e à adaptação baseada nos ecossistemas que possam ser decisivos para os tomadores de decisão.

Número estimado de beneficiários

Estima-se um total de 14.786 beneficiários directos do projecto. O número total estimado de beneficiários indirectos é de 99.173 pessoas (47.994 H e 51.179 M).

Orçamento e período do projecto

O projecto terá um financiamento total de 7,92 milhões de Euros (532 milhões de Meticais) e realizar-se-á ao longo de 5 anos com arranque previsível no segundo semestre de 2022.